



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0783/2014	DATA: 03/06/2014	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 14h36min	TÉRMINO: 16h50min	PÁGINAS: 48

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ MAURO GRANJEIRO - Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA;
RODRIGO STABELI - Vice-Presidente de Pesquisa e Laboratórios de referência da Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ. Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC.
THALES TRÉZ - Professor do Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de Alfenas — UNIFAL.
MARCELO MARCOS MORALES - Diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq.
CARLOS ZANETTI - Professor Associado de Imunologia da Universidade Federal de Santa Catarina — UFSC.

SUMÁRIO

Debate sobre os métodos substitutivos ao uso de animais em experimentos científicos realizados em laboratórios do nosso País.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Declaro aberta a presente audiência pública, fruto do Requerimento nº 316, de 2014, desta Presidência, subscrito pela Deputada Iara Bernardi, com o objetivo de debater os métodos substitutivos ao uso de animais em experimentos científicos realizados em laboratórios do nosso País.

Julgo dispensável a leitura dos nomes dos convidados, já amplamente divulgados pela Comissão, até por conta do alto grau de conhecimento de todos que estarão participando desta nossa reunião.

Justifico as ausências da Sra. Rita de Cassia Maria Garcia, que é Diretora-Fundadora do Instituto Técnico de Educação e Controle Animal, e da Sra. Helena Nadi, que preside a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC, que encaminhou um representante.

Eu vou pedir que venha aqui o Prof. Rodrigo Stabeli, Vice-Presidente de Pesquisa e Laboratórios de referência da Fundação Oswaldo Cruz. Convido também a tomar assento o Sr. Carlos Zanetti, professor Associado de Imunologia da Universidade Federal de Santa Catarina; o Sr. José Mauro Granjeiro, Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal — CONCEA; o Sr. Marcelo Marcos Morales, Diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPQ; e o Prof. Dr. Thales Tréz, do Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de Alfenas.

Gostaria de agradecer imensamente a presença dos nossos palestrantes, a todos que vieram aqui acompanhar esta sessão, e dizer do alto grau de importância.

Acho que é a primeira audiência pública que se faz com este conteúdo, discutindo-se de forma científica a questão do uso e do experimento em animais. Essa é uma tese que já vem tomando corpo no Brasil e fora do Brasil há muito anos.

Numa conversa que tive há cerca de 10 anos, quando ainda Deputado Estadual, eu tinha muito interesse de que nós pudéssemos ter um debate que obviamente tivesse essa complexidade, esse nível de conhecimento à estatura dos senhores que vieram hoje aqui à nossa reunião, emprestar, cada um, a sua visão com referência a esse assunto.



Eu obviamente tenho a minha posição, que já é demais conhecida por todos. Tenho lutado muito para que obviamente a gente consiga fazer as alterações necessárias, mas como Presidente, obviamente, vou deixar primeiro que os senhores exponham as suas teses. Todos aqui obviamente têm vários níveis de cursos, mestrado, doutorado, professores com largos serviços prestados à ciência, não só à brasileira, mas também à internacional, trabalhos publicados em várias línguas. Eu inclusive absorvi pelo currículo de cada um dos palestrantes aqui. Quero dizer que a Câmara Federal se sente muito honrada em tê-los aqui e podermos hoje obviamente fazer essa reflexão.

Cumprimento o Deputado Ricardo Izar, meu amigo e companheiro da Comissão, que tem se esmerado também. Ele tem projetos nessa linha, que obviamente têm implicação. O Coordenador, Frank Alarcon, está aqui conosco, e vai participar.

Nós fizemos uma mediação e um acordo de que houvesse uma participação equilibrada, mas, obviamente, tendo tempo, nós estaremos abrindo a palavra e vamos ter a participação de todos aqui.

Portanto, dando continuidade, tentando atender também os nossos palestrantes por conta das viagens, retornos e horários, o primeiro palestrante será o professor Rodrigo Stabeli, que é da FIOCRUZ, representando a SBPC. É isso? *(Pausa.)*

O Dr. José Mauro Granjeiro será o primeiro. O segundo, então, será o Dr. Rodrigo Stabeli.

Então, o Dr. José Mauro Granjeiro, que é Coordenador do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal — CONCEA, vai usar a palavra. Nós vamos estipular 20 minutos para cada um, para que haja tempo, obviamente, de nós podermos depois ouvir as intervenções dos Parlamentares e de alguns membros presentes à nossa reunião.

O SR. JOSÉ MAURO GRANJEIRO - Boa tarde a todos. Deputado, agradeço a oportunidade de estarmos aqui conversando sobre esse tema fundamental, a questão ética do uso de animais, particularmente a questão dos métodos substitutivos. É um prazer podermos compartilhar este momento.



O foco principal da apresentação se refere à base legal da estruturação da pesquisa científica no País com relação a suas aplicações éticas, que está com o CONCEA em função da Lei Arouca, que em 2008 estabeleceu a criação do Conselho Nacional, os procedimentos para uso de animais em atividades de ensino e pesquisa e organizou um Sistema Nacional de Experimentação, revogando a Lei nº 6.638, de 1979.

É importante destacar que um dos focos da Lei Arouca é a definição das atividades de pesquisa científica, que são aquelas relacionadas com a ciência básica, ciência aplicada, desenvolvimento tecnológico, produção e controle da qualidade de drogas, medicamentos, alimentos, imunobiológicos e instrumentos ou quaisquer outros dispositivos que sejam testados em animais, conforme definição em regulamento próprio.

Mas além dessa atividade relacionada à pesquisa científica, é também importante destacar que as atividades de ensino também são alvo da atenção do CONCEA, principalmente no que concerne à disseminação de métodos alternativos. O Decreto nº 6.899 define a composição do CONCEA, estabelece as suas regras de funcionamento, define uma secretaria executiva para dar andamento aos trabalhos e ainda cria o Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais — CIUCA.

Na descrição da composição do CONCEA, temos como seu Presidente o Ministro da Ciência e Tecnologia, e um representante de cada um dos seguintes órgãos ou entidades: CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Conselho de Reitores das Universidades do Brasil, Academia Brasileira de Ciências, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Federação das Sociedades de Biologia Experimental, Sociedade Brasileira de Ciência em Animais de Laboratório e Federação Brasileira de Indústria Farmacêutica. Mas é importante destacar que conta também com dois representantes de associações de proteção aos animais legalmente constituídas.

Se nós procurássemos definir de uma maneira bastante sintética as principais atividades do CONCEA, nós teremos no plano fundamental o estabelecimento das regulamentações, das normas. E esse é um ponto importante da Lei Arouca, que estabeleceu um fórum para esse processo, que deve ser dinâmico e atento às



nuances e às evoluções no tempo da ciência de animais de laboratório, da experimentação animal.

Há um aspecto fundamental, que é o credenciamento das instituições do CIUCA, que permitirá uma visualização plena de quais instituições realizam que tipos de experimentos, com que tipos de animais, em nosso País. As atividades de licenciamento serão definidas também em normatização a ser realizada pelo CONCEA, tendo uma base fundamental de fiscalização, fiscalização essa que envolve cinco Ministérios: MEC, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Ciência e Tecnologia. Nesse arcabouço todo, nós temos um aspecto fundamental e avançado da Lei, que é o monitoramento e a implementação de métodos alternativos.

Os principais desafios enfrentados nessa jovem história do CONCEA são o estabelecimento da Plataforma CIUCA que atenda à necessidade de cadastramento das instituições, o licenciamento, mas também proporcione a transparência e a estruturação dos processos de credenciamento, licenciamento e fiscalização.

Aqui estamos trabalhando numa portaria interministerial para reorganizar esse processo e o monitoramento dos métodos alternativos, recursos humanos para essa secretaria em condições suficientes para dar conta dessa missão, aderência da comunidade às normas que o CONCEA vem trabalhando e a necessidade de transparência.

Ao longo do tempo, o Brasil experimentou diversas regulamentações que de certa forma tocavam na questão da utilização de animais, mas foi apenas a partir de 2008, com a Lei Arouca, que nós tivemos um arcabouço que pudesse estruturar as atividades de ensino e pesquisa. E a partir dela uma série de regulamentações e decretos foram desenvolvidos para essa regulamentação.

Em 2012, através de consulta pública, o primeiro Guia Brasileiro para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos foi avaliado e aprovado, discussões com relação aos procedimentos de eutanásia, produção, manutenção e utilização de animais, bem como diversas resoluções. E isso procedeu ainda em 2013, definindo o guia com relação aos diversos grupos taxonômicos, tudo isso envolvendo uma discussão interna, uma discussão com a comunidade e consulta pública.



Em 2014, estabelecemos novos critérios de credenciamento, alteração de regimento interno e, aqui no jurídico, para publicação, a resolução que reconhece os métodos alternativos validados. É ainda importante destacar que o CONCEA possui cinco Câmaras Permanentes voltadas às discussões relativas à pesquisa científica, ensino, produção, comunicação e assessoria parlamentar e métodos alternativos. Desde a sua criação, o foco em métodos alternativos, como previsto na Lei Arouca, aparece na missão do CONCEA.

Lá nós temos, no regimento interno, que essa câmara permanente tem como princípio fundamental o conceito dos 3Rs: buscar sempre que possível promover refinamento, redução ou substituição dos animais, seja para ensino, pesquisa ou desenvolvimento tecnológico, tudo isso através do arcabouço legal que possa proporcionar as condições para esse desenvolvimento.

No que toca à questão dos métodos alternativos, é importante destacar que esses métodos devem ser definidos por procedimentos validados e internacionalmente aceitos que garantam resultados semelhantes e com a mesma reprodutibilidade ou melhores do que aquele usado com os modelos animais, permitindo atingir sempre que possível a meta dos procedimentos substituídos por essas metodologias, e numa escala crescente que vise que, se não for possível substituir animais, que as espécies utilizadas sejam de menor ordem e, se isso não for possível, que utilizemos menos animais ou sistemas *ex vivo*, e que vise ainda reduzir ou eliminar o desconforto, ou seja, a aplicação do conceito dos 3Rs: substituição, redução ou refinamento.

O contexto desta proposta, desta definição, é que a pesquisa científica ainda tem como necessidade fundamental a utilização de animais, uma vez que os métodos alternativos validados não são capazes de substituir completamente os modelos que hoje temos. Os modelos alternativos validados têm capacidades específicas muito bem definidas. E para esses desfechos, para esses tipos de ensaio, os métodos alternativos podem e devem contribuir, embora ainda não seja possível fazer a substituição completa do modelo animal.

Os testes de segurança envolvem diversos ensaios, como toxicidade aguda e de doses repetidas, irritação ocular, dérmica e de outras mucosas, e chega aos



ensaios de mutagenicidade, carcinogenicidade, toxicidade reprodutiva, desregulação endócrina, toxicocinética.

E o banimento completo dos testes em animais impacta no estabelecimento dessa segurança com relação aos produtos que são usados, sejam eles medicamentos, biomaterias, dispositivos médicos implantáveis.

Uma vez que nós temos essa limitação, é importante o fortalecimento do processo de desenvolvimento e validação de novos métodos alternativos. Este é um caminho fundamental para a evolução.

As limitações dos estudos *in vitro* se restringem ainda às limitações relacionadas ao perfil de toxicidade geral de um produto químico, dose-resposta *in vivo*, efeitos sistêmicos, interação entre tecidos e órgãos, estudos farmacocinéticos, sensibilidade de órgão específico, efeitos crônicos, imunotoxicidade, carcinogênese, toxicologia reprodutiva. Para esses tipos de ensaio, ainda não é possível, nos métodos alternativos, ter as respostas necessárias. Ainda que os modelos animais não sejam completamente adequados, não há alternativa possível, o que nos impõe a necessidade de desenvolver esses meios alternativos.

O banimento de testes em animais para fins cosméticos iniciou-se, na Europa, há cerca de 20 anos, e contou com ajustes, preparações, investimentos no desenvolvimento métodos alternativos. A Europa ainda não avaliou as consequências do banimento. Isso é uma questão de ordem, particularmente com relação à segurança. Há leis que reconhecem que o teste em animais deve ser requerido na ausência de métodos alternativos para garantir a proteção da saúde humana.

Utilizando essa linha do tempo, é possível verificar que, ao longo desses mais de 20 anos de desenvolvimento dos métodos alternativos na Europa, foram investidos cerca de 238 milhões de euros e ainda não se tem métodos que possam substituir completamente os ensaios *in vitro*.

Este quadro mostra que, no início deste ano, saiu um relatório da Comunidade Europeia reportando o uso de animais em 2011, 2012 e 2013. É possível verificar que se predomina a utilização de camundongos e ratos. Nesses ensaios, as propostas de experimento estão muito relacionadas aos estudos fundamentais básicos e ao desenvolvimento de produtos para uso humano,



veterinário e odontologia. E, dentre os ensaios toxicológicos, predominam aqueles relacionados à avaliação da segurança de produtos para uso médico, seja humano ou veterinário, mas também com uma preocupação importante no impacto ambiental, uma vez que esses compostos podem voltar para a natureza e, no ciclo, ter algum efeito, seja para os animais como também para os seres humanos.

Outro aspecto importante é o REACH, uma instância do Parlamento europeu focada no registo, na avaliação, na autorização e na restrição de substâncias químicas que faz a rotulagem de produtos químicos. Qualquer produto, independente da sua proposta de uso, que seja registrado no REACH, para a composição do dossiê, pode exigir ensaios em animais, independe de o composto ser cosmético, pesticida ou medicamento.

Os métodos alternativos exigem um forte investimento humano e financeiro em pesquisa e desenvolvimento. Uma vez que um método seja detectado em nível laboratorial, ele passa por uma fase de pré-validação, na qual é fundamental a verificação da transferibilidade, ou seja, se o método realizado no laboratório é adequadamente realizado em outro. No mínimo, são necessários três laboratórios para essa atividade.

Uma vez confirmada, na pré-validação, a previsibilidade do método e a sua transferibilidade, passa-se à fase de validação formal, que segue um guia — Guia 34, da OECD, fortemente baseado numa avaliação científica e estatística. Uma vez validado, o método passa para uma discussão regulatória no âmbito de toda a Comunidade Europeia. Havendo aceitação regulatória, é publicado na OECD na forma de guias e é disponível. E tem um aspecto importante, através do acordo de mútua aceitação de dados: os países signatários da OECD dispensam de testes posteriores os estudos que foram realizados seguindo os guias da OECD nas condições de boas práticas de laboratório. Isso é importantíssimo porque, através do MAD, é possível reduzir o número de animais e evitar a repetição desnecessária desses ensaios.

O CONCEA, na sua última reunião, aprovou uma resolução para o reconhecimento dos métodos alternativos validados — esses métodos validados e com aceitação regulatória internacional, dentre estes, o Centro Brasileiro de Validação de Métodos Alternativos — BraCVAM —, criado por uma portaria do



Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde — INCQS, uma unidade da Fundação Oswaldo Cruz — Fiocruz —, e fez uma recomendação de 17 métodos, muitos deles relacionados à avaliação de produtos pesticidas, agrotóxicos, medicamentos, cosméticos, relacionados principalmente à avaliação do potencial de irritação e corrosão de pele, avaliação do potencial de irritação e corrosão ocular, avaliação do potencial de fototoxicidade aguda e a genotoxicidade de compostos independentes dos seus objetivos, sejam eles cosméticos, agrotóxicos ou medicamentos.

Dessa forma, o reconhecimento desses métodos e a sua adoção no País permitirão uma efetiva redução do número de animais utilizados, principalmente em ensaios toxicológicos.

Chamo atenção à necessidade de controle, lote a lote, da qualidade das vacinas. Há estudos patrocinados pela Rede Nacional de Métodos Alternativos — RENAMA, criada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, em 2012, que visam reduzir em até 50% o número de animais necessários para esses testes em função de utilização de metodologias alternativas, metodologias *in vitro*.

Ainda há um investimento muito forte na identificação de efeito de pirogenia, medicamentos, imunobiológicos e produtos para saúde que também vão contribuir para uma sensível redução de animais nos ensaios para a validação de lotes.

Os desafios que enfrentamos hoje se relacionam ao aumento do interesse pela pesquisa em métodos alternativos, que é uma pesquisa extremamente desafiadora, porque não é trivial mimetizar, *in vitro*, eventos que acontecem no sistema biológico integrado; desafio de superar insegurança quanto aos métodos alternativos; a importância de financiamento das agências de fomento para o desenvolvimento e a validação de novos métodos, mas também para criar uma base laboratorial para realização de desses ensaios alternativos, seguindo os requisitos das boas práticas de laboratório.

Os entraves legais — é importante a participação desta Casa no processo — se relacionam ao uso de tecidos humanos descartados para gerar células a serem utilizadas nos ensaios alternativos e a dificuldade de importação.

Com relação às expectativas das pessoas que se preocupam com o bem-estar dos animais, expectativas superáveis a longo prazo, mas não imediatamente.



Então, as questões ética e científica impõem o desenvolvimento de métodos alternativos — ainda estão em desenvolvimento — e temos que ter em alerta as suas limitações. Recursos são necessários para esse processo de validação e desenvolvimento. A segurança de produtos para uso humano, animal e também do meio ambiente é um direito inegável do cidadão e um dever do Estado.

É fundamental investir nesse sentido para que a gente possa construir, ao longo do tempo, ferramentas que tragam, ao mesmo tempo, um equilíbrio ético, mas que também garantam a segurança da população, dos animais e do ecossistema.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Nós vamos primeiro ouvir todos e, em seguida, passar ao debate.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Se assim V.Exa. preferir. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - A listagem do CONCEA inclui aves, bovinos, equinos, peixes, primatas não-humanos, répteis e porcos. Não são esses? E onde é que ficam, digamos, os insetos de interesse humano, como, por exemplo, a colmeia, os bichos de seda e outros mais? Estão fora do CONCEA?

O SR. JOSÉ MAURO GRANJEIRO - Perfeito. Estão fora porque o CONCEA foca nos animais do reino cordado. Os vertebrados do reino cordado são o foco da ação do CONCEA.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Toda essa preocupação do CONCEA é tendo em vista os interesses sociais, os interesses humanos. Se nós deixarmos a colmeia e o bicho-da-seda, por exemplo, fora desses interesses humano e fora de uma certa focalização, como elementos fundamentais, às vezes,



para a própria atividade humana, não seria isso uma coisa errada, uma coisa injustificada? Não deveríamos incluir também os insetos de interesse humano? A colmeia é importantíssima! A abelha é importantíssima!

O SR. JOSÉ MAURO GRANJEIRO - Com certeza, a importância dos insetos é fundamental, mas o foco da Lei Arouca está concentrado especificamente nos animais vertebrados cordados.

O SR. DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA - Então precisamos de uma emenda que abranja outras áreas, digamos, de atividades de interesse dos homens como seres que têm atuação significativa para a própria vida humana. Não acho certo que a abelha e a colmeia fiquem fora do interesse público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço a intervenção, Deputado Bonifácio de Andrada, que é uma luz que V.Exa. coloca sobre esse debate.

Gostaria de passar a palavra ao segundo orador, Sr. Rodrigo Stabeli, da FIOCRUZ, representando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC.

O SR. RODRIGO STABELI - Gostaria de cumprimentar a Mesa, em nome do Deputado Ricardo Tripoli, meus colegas, a plenária, a Sra. Helena Nader, que não pôde estar aqui, mas que tem tido uma atuação importante para que o debate da experimentação animal e o uso de métodos alternativos possam ir muito além de um debate dentro do campo da ciência, mas um debate na difusão do conhecimento para a população brasileira em geral no sentido de elucidar, então, esses passos que a ciência tem desenvolvido, principalmente a ciência brasileira, que vem sendo desenvolvida desde a criação da ciência brasileira que busca aplicar o seu conhecimento no desenvolvimento social, no desenvolvimento da população e no progresso nacional.

A gente fez uma inversão de ordem pedindo para que o Sr. José Mauro Granjeiro representasse o CONCEA porque ele já traz vários pontos elucidativos do ponto de vista legal na experimentação animal.

Eu gostaria de usar parte do meu tempo para falar um pouco da história e dos métodos alternativos. O Deputado Bonifácio de Andrada levantou uma questão importante: por que os insetos não estão colocados na Lei Arouca? A Lei Arouca foi



amplamente discutida nesta Casa. E antes de ser discutida nesta Casa, ela foi amplamente discutida num movimento feito pelos pesquisadores da FIOCRUZ para que se estabelecesse métodos que pudessem garantir os 3 Rs que o Sr. Granjeiro colocou aqui: substituição do animal, refinamento, menor uso do animal e ausência de dor. A Lei Arouca ficou centrada nos cordados porque não se sabe se existe dor em inseto.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. RODRIGO STABELI - Ao contrário, causam-nos dor, mas ali é para preservar, na verdade, a integridade animal. Os insetos não têm o sistema nervoso evoluído de tal forma que sintam dor. Nós estamos falando aqui, Deputado, da preservação e da integridade dos animais. Os insetos são muito importantes para a nossa economia.

Falando desses 10 anos de construção, a gente buscou na instituição mecanismos que possam fazer com que se tenha benefício na ciência aplicada à saúde que possa reduzir o uso do animal e preservar a garantia do bem-estar do animal. Depois a gente tem o advento da Lei Arouca.

A Fundação Oswaldo Cruz, andando nessa direção, cria, em 2002, dentro do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde — INCQS, um grupo de estudos para poder trabalhar em métodos alternativos que pudessem fazer a substituição total ou parcial do uso do animal. O fruto desses 10 anos de estudos, já falado aqui pelo Sr. Granjeiro, foi uma resolução aprovada recentemente de alguns métodos alternativos.

Os cientistas brasileiros e do mundo têm uma relação muito íntima com o animal assim como qualquer sociedade civil organizada. Então, desde que nós passamos do período neolítico, 10 mil anos antes de Cristo, e a nossa relação com os animais e com a agricultura faz parte da nossa sobrevivência e da nossa afetividade. Então, quando nós conseguimos observar que, cultivando sementes e cultivando os filhotes, saíamos do período nômade para podermos nos tornar sedentários e enraizar, ali, naquele local, começamos a manipular o meio ambiente em prol da sobrevivência humana, estabelecendo, na verdade, uma relação bastante íntima com os animais.



Se a gente for falar, então, da história da ciência, se a gente olhar os 75 Prêmios Nobel que nós temos na Medicina, veremos que 82% desses prêmios vieram com a intervenção na pesquisa animal, muitos deles importantíssimos: a descoberta de retrovirais; as descobertas do câncer, enfim. Quando nós utilizamos os animais para poder olhar para os sistemas biológicos, vemos que foram eles também os atores principais que puderam nos dar subsídio para criar a biologia computacional, que hoje é colocada como método alternativo passível ainda de validação, e os ensaios *ex vivo*, como o Granjeiro citou. Então, os animais nos deram subsídios para que pudéssemos criar alguns métodos alternativos. Ou seja, essa relação é bastante tênue e ainda necessária do ponto de vista científico.

A experimentação animal é ponto importante quando a gente fala da segurança e da eficácia no campo da saúde, por exemplo. Então, ainda é colocado, na nossa Constituição, que devemos prezar pela saúde e pela integridade humanas. Então, os animais têm um papel importante no sistema de validação de novos medicamentos e também de novos lotes de vacinação. Aqui, no Brasil, nós temos, pelo Programa Nacional de Imunizações, um dos melhores sistemas de imunização do mundo, garantindo, então, o bem-estar social desta população.

Nos últimos 10 anos, a gente vê um aumento exponencial de grupos de pesquisa preocupados com o estudo para que se possam trazer à tona novos métodos alternativos, retirando o uso do animal de experimentação.

Se a gente olhar os dados estatísticos de grupos brasileiros em estudos de métodos alternativos, a gente vai perceber que, ao longo de 10 anos, tem-se um crescimento exponencial de quase 25 vezes de grupos que estudam métodos alternativos. Por que isso é importante? Se a gente está falando de métodos alternativos para substituição de animal, muitas vezes a gente está falando de métodos que usam material fresco, materiais que tornam difícil se percorrem longas distâncias. Por exemplo, eu tenho um método alternativo validado na Europa, um método de pele artificial, pele viva. Esse método tem validade de uma semana. Até essa pele chegar ao Brasil, a sua data de validade está vencida e é um produto altamente perecível. Então, aumentar o grupo de estudos de alternativas no Brasil é importante, porque nós também aumentamos a operacionalidade da distribuição desses métodos para os nossos cientistas.



A gente vê um movimento importante do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministro da Saúde, que têm trazido vários editais que possam incentivar, então, grupos de pesquisa, para a constituição de pesquisas nessa área. Então, o CNPq investiu, em 2 anos, um recurso que é bastante importante. Mas a gente precisa frisar também que, além da pesquisa de base, que deve acontecer para métodos alternativos, a validação desses métodos também é importante. E a validação exige um tempo de experimentação, que é um tempo que vai garantir ao longo dos anos a eficácia daquele método alternativo que se está olhando. Ou seja, a gente não consegue pular algumas barreiras científicas pelas boas práticas de experimentação para se olhar para a metodologia dos métodos científicos.

Nós, principalmente a FIOCRUZ, que é uma instituição de ciência e tecnologia voltada para a vida — quer beneficiar todo tipo de vida —, estamos bastante preocupados também para buscar métodos alternativos no que se diz da experimentação animal.

Eu gostaria de colocar que eu acho louvável esta audiência pública, porque o debate é extremamente importante, a difusão do conhecimento nesta área é extremamente importante para mostrar que não existem duas legiões congregadas. Há aquela que quer usar o animal e não arreda o pé; aquela que quer o método alternativo; ou aquela que através do ativismo quer ceifar qualquer uso de animal. Isso não existe. Existe a sociedade debatendo um importante tema, como fez com todos os outros temas. E depois, através de debates que foram lapidados, pudemos ter benefícios importantes para toda a sociedade. Então, acho louvável este debate.

Então, como caráter ilustrativo, nós estamos falando aqui de métodos alternativos que possam substituir experimentação, por exemplo, de imunoterápicos, de vacinas, de imunorreativos, de medicamentos de base química, estamos falando de substituição através de métodos alternativos para cosmetologia, estamos falando de substituição de métodos alternativos para ensino. Hoje, pela biologia computacional e por manequins, a gente consegue fazer uma incisão perfeita num manequim que tem uma pele muito próxima à nossa, que sangra de maneira muito próxima à nossa, para pode ensinar, por exemplo, um aluno de Medicina a fazer a sua incisão e fazer a sua intervenção cirúrgica no seu aprendizado.



Eu gostaria de chamar a atenção de dois grandes avanços da ciência. Primeiro, depois da decifração do código genético, do genoma humano, foi possível se fazer então várias construções nocautes, a retirada de um gene específico, por exemplo, de camundongos, que dá uma resposta sistêmica. Então, em doenças que estão agora sendo mais evidenciadas na nossa imprensa, já que a população brasileira envelhece e a mudança do seu perfil epidemiológico passa daquelas doenças que são infecciosas agora para as doenças crônicas não infecciosas, esses camundongos nocautes, por exemplo, nos dão informações importantíssimas para entender doenças que trabalham de forma sistêmica no metabolismo, de forma que, se eu trabalhar com um grupo isolado de células, não consigo ter essa resposta.

Essa mesma técnica de nocaute me possibilitou, através da biologia molecular, trabalhar com outros grupos de genes para poder, por exemplo, modificar tecidos, de forma que eu possa modificar fígados que são de origem suína para fígados de origem humana. E depois esse fígado pode ser transplantado num humano. Essas são ciências que estão acontecendo aí e que, a partir de toda a ética que qualquer profissão exige, estão trabalhando nessas descobertas que nós julgamos ser bastante importantes do ponto de vista da sobrevivência humana.

O recado que a sociedade de cientistas do Brasil gostaria de dar é que nós estamos todos trabalhando para que a substituição do uso do animal para o método alternativo seja feita de forma bastante eficiente.

Uma informação importante também é que criar animal em perfeitas condições para que seja usado experimentalmente é caro. Então, existem vários estudos mostrando que a implantação de métodos alternativos reduz o preço daquela pesquisa em 30% a 50%. Manter esses animais em cativeiro, dando bem-estar a eles, é caro. Então, realmente nós queremos ver a substituição dos animais para os métodos alternativos, levando em conta o lado econômico. Não estou levando em conta o lado afetivo, o lado da relação que nós temos lá com os nossos cães, com os nossos gatos. Então, é caro.

E o que é importante para a população brasileira entender é que trabalhamos para que isso seja substituído. A gente tem um caso importante lá no nosso biotério da Bahia, o único biotério de cachorro. Cachorro parece que é estigmatizado nesse ponto. Então, lembro lá um pouco do Instituto Royal, dos cães, dos camundongos, a



relação que nós temos com os nossos cães. Até que ponto eu manter o meu cão dentro do meu apartamento totalmente cimentado, fazendo cirurgia de pálpebra, fazendo cirurgia de unha, fazendo cirurgia de rabo eu estou humanizando o meu animal, eu estou lhe dando bem-estar? Então, também esse é outro debate importantíssimo que a gente tem que estabelecer e que está dentro do uso do animal. Mas nós lá na Bahia temos o nosso único biotério de cachorro, que é um biotério que pega cachorro que já foi condenado com leishmaniose. A legislação manda fazer eutanásia nesses cachorros. Lá na Bahia a gente subtrai da rua esses cachorros, que são usados para testes inclusive de drogas que são utilizadas para a sobrevivência do cachorro. A gente já está apresentando *kits* diagnósticos importantíssimos, mostrando que não é necessário fazer eutanásia naquele cachorro e que dá para estabelecer tratamento.

A experimentação animal não é trazida apenas para o benefício humano. A experimentação animal também traz benefícios para o próprio animal. E aí estou falando de animais que estão no nosso dia a dia, através de *pets*, compramos e é nossa propriedade, sem falar dos animais que são da agricultura.

Dei subsídios suficientes para a gente estabelecer um debate. Gostaria de agradecer mais uma vez o convite. A SBPC vem trabalhando para que essa difusão da ciência aconteça para o benefício da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Vai fazer uso da palavra agora o Dr. Thales Tréz, professor do Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de Alfenas.

O SR. THALES TRÉZ - Queria agradecer o convite. Acho que este é um espaço importante de ser ocupado. Este é um debate que já vem acontecendo no Brasil, ainda que tardiamente, mas dentro de um tempo nosso.

Esse tema eu venho pesquisando academicamente há pelo menos 15 anos. E é um tema bastante complexo. De antemão, eu acredito que essas falas não vão dar conta de esgotar toda a complexidade que é o papel, a centralidade do animal dentro de um empreendimento científico.

Então, há que se ter uma perspectiva bastante complexa desse empreendimento. Há uma série de finalidades e para cada finalidade a gente precisaria de um tratamento adequado para discutir de forma aprofundada e



imparcial, acima de tudo, sobre a relevância da instituição do animal dentro do empreendimento científico.

Na minha apresentação, é um desafio tratar de um assunto desse em tão pouco tempo, mas eu já estou até me acostumando, porque os formatos geralmente são esses, vão ocorrer dentro de uma perspectiva crítico-científica. Eu vou deixar um pouco de lado a dimensão da ética, ainda que seja importante destacar que há uma demanda social urgente e crescente que está exigindo da ciência um repensar sobre o papel do animal na pesquisa biomédica, em especial.

A minha pesquisa toda de doutorado, que eu concluí há alguns anos, dá-se dentro desse recorte da relevância da modelagem animal dentro da pesquisa biomédica. E é inegável que a gente tem amadurecido enquanto sociedade, moralmente.

Por um processo histórico, nós ressignificamos o animal. O animal não é hoje mais o animal do século XV, XVI, quando ele foi instituído na ciência. E isso gera um dilema, um impasse bastante sério entre uma parte da sociedade bastante ruidosa muitas vezes, ainda assim legítima, e também uma parte dos pesquisadores, lembrando que o método da modelagem animal é um dentre vários métodos disponíveis para se trabalhar na hipótese, para se desenvolverem terapêuticas.

É importante deixar bem claro que isso não é uma prática generalizada, pode ser considerada hegemônica, mas ela ainda é restrita a algumas linhas de pesquisa dentro da área da ciência. Existem muitos pesquisadores que fazem um contraponto científico do emprego desse animal e fazem o uso inclusive de outras metodologias. É importante deixar isso claro. Eu deixo um pouco de lado essa dimensão da ética, sem torná-la irrelevante.

Eu queria também, de antemão, pedir desculpas, porque eu vou ler a minha apresentação. Eu não costumo fazer isso, mas como o tempo é curto e eu queria otimizar bastante a organização dessas ideias, gostaria de antemão de me desculpar por esse formato, mas espero que vocês o acompanhem.

Eu separei essa discussão em alguns pontos. Na verdade, são nove pontos que eu considero mais importantes e que fazem referência a essa dimensão da crítica científica, de novo não a uma crítica moral, não a uma crítica ética, que é muito relevante neste debate, mas que eu a estou deixando um pouco de lado



propositadamente. Dentro deste recorte específico eu vou fazer as minhas contribuições, as minhas ponderações.

Primeiro ponto. A gente não tem no Brasil massa crítica científica suficiente para fazer um contraponto adequado da modelagem animal na pesquisa. Quem defende o uso de animais invariavelmente é quem utiliza e depende de animais em suas pesquisas. Na ciência a gente tem um termo bastante claro para explicar essa postura que se chama conflito de interesses. Então, é preciso saber quem disse que o uso de animais é imprescindível para a pesquisa. E não será nenhuma surpresa se nós encontrarmos no *lattes* dessas pessoas inúmeros artigos envolvendo a utilização de animais. Ou seja, existe um comprometimento biográfico do pesquisador que, de alguma forma, enviesa esses posicionamentos. É importante a gente ter bem claro isso, quem fala sobre essa necessidade.

Então, é necessária uma avaliação imparcial do papel e da relevância desses modelos para pesquisa. Levando em consideração não apenas o contexto das novas tecnologias do século XXI, das abordagens existentes hoje e que não havia há pouco tempo e que estão num processo de evolução, de inovação e de desenvolvimento bastante grande, mas também levando em consideração um olhar crítico sobre o passado. Então, é neste segundo ponto que eu insisto e que diz respeito a esse olhar crítico sobre o passado.

É recente na literatura acadêmica e científica o pesquisar a pesquisa. De alguns poucos anos para cá a gente tem encontrado alguns artigos que vêm se debruçando sobre como se faz a pesquisa. Essa abordagem tem sinalizado para uma maior cautela na ideia de que os dados obtidos de outras espécies possam ser aproveitados em sua inteireza para a espécie humana. Estudos correlacionais, revisões sistemáticas, metanálises vêm sendo conduzidas e publicadas, e a vasta maioria, para não dizer a totalidade delas, coloca o animal como o modelo pobre do ponto de vista preditivo.

Quanto ao valor preditivo, trata-se da antecipação de eventos fisiológicos esperados, um cálculo que se faz *a priori*. No entanto, é frequente a identificação retroativa ou *a posteriori* dos resultados obtidos. Quer dizer, quando após os efeitos em humanos serem revelados, selecionam-se convenientemente as pesquisas animais com resultados correspondentes, afirmando então que determinado modelo



previu a resposta em humanos. Esse argumento é altamente falacioso e frequente nas justificativas dos defensores da pesquisa com animais.

Um artigo de 2004, num periódico médico bastante conceituado, provocativamente intitulado “*Onde estão às evidências que a pesquisa com animais beneficia humanos?*” afirma que a melhor forma de evidenciarmos o valor dos experimentos em animais é conduzir revisões sistemáticas de estudos em animais e quando possível comparar o resultado desses estudos com os resultados de achados clínicos correspondentes.

Os autores concluem que, num plano ideal, estudos com animais não deveriam ser executados até que se tenha avaliado a sua validade e a sua capacidade de generalização para a medicina clínica.

Inúmeros artigos de revisão vêm sendo publicados, e não há tempo para apresentá-los todos, ou sequer aprofundar qualquer um dos mesmos, mas eu não posso deixar de comentar, a partir desta perspectiva de revisão crítica, um evento mediático recente no campo da pesquisa biomédica.

Atualmente, pesquisadores brasileiros estão desenvolvendo uma vacina contra a AIDS, utilizando-se de macacos como modelos experimentais. Segundo um artigo da revista *Nature*, de 2007 — vejam, 7 anos atrás —, mais de 100 vacinas com a mesma finalidade foram consideradas exitosas nesses modelos, mas fracassaram em humanos, provocando, em alguns casos, um agravamento do quadro infeccioso de pacientes portadores do vírus. E mesmo que, hipoteticamente, uma vacina seja desenvolvida a partir de modelos animais, ainda assim esse modelo não seria de per si preditivo para o ser humano. Vejam que nós estamos falando de primatas, animais que têm uma similaridade genética bastante próxima à nossa.

E aí, entro no terceiro ponto: similaridade genética. Não há motivos para acreditarmos que um animal com 99% dos genes correspondentes à nossa espécie responda fisiologicamente de forma aproximada aos humanos. O argumento da similaridade genética é fraco, pois a análise de correlação meramente quantitativa sobre uma característica biológica, com repercussões qualitativas e significativas.

Os estudos recentes de revisão bibliográficas, mencionados anteriormente, são reveladores nesse aspecto. Pesquisadores que trabalham com animais sabem



disso, mas insistem que os testes em organismos inteiros podem aproximar a resposta esperada na espécie humana, ao contrário de um simples tubo de ensaio.

Entro no quarto ponto: os métodos substitutivos não são simples tubos de ensaio. Essa afirmação é reflexo de uma posição interessada na promoção da continuidade dos modelos animais na pesquisa e resultado também da falta de uma reflexão mais aprofundada e imparcial sobre a relevância desses modelos. Seja como for, métodos substitutivos não se resumem a tubos de ensaio, ou sequer resumem-se em técnicas *in vitro*.

Não vou me estender aqui de novo pela questão do tempo, mas há uma variedade de instrumentos, métodos e abordagens para além dos tubos de ensaio que, isoladas ou combinadas, procuram se aproximar da condição fisiológica humana. Vejam, eles aproximam-se. A ideia é que o modelo se aproxime daquele organismo que procura mimetizar dentro de um experimento. Ou seja, todo modelo na ciência, por definição, é uma aproximação da realidade e nunca a realidade em si. Então, sim, os métodos substitutivos, quaisquer que sejam, e por mais sofisticados que sejam, possuem limites. Mas isso não deveria estar no campo da obviedade não fosse pela questão central. E mais importante que ela provoca: qual a real limitação dos modelos animais, que são organismos inteiros, quando comparados à realidade fisiológica humana? Qual a relevância causal desses modelos para a nossa condição de saúde? Colocado de forma breve e simplificada, animais experimentais, quaisquer que sejam, não são sistemas intactos, causalmente relevantes ao sistema intacto de um organismo humano, são aproximações, e aproximações pobres como essas revisões sistemáticas vêm sugerindo.

Quinto ponto: a indústria farmacêutica vem demonstrado interesse crescente no desenvolvimento de outras formas de prospecção toxicológicas para substâncias candidatas a medicamentos.

O papel da modelagem animal, enquanto modelos relevantes de enfermidades humanas, vem sendo severamente questionado por parte da comunidade científica, e o setor industrial vem acompanhando essa crítica com interesse, um interesse particular: o lucro.



Não sejamos ingênuos. Esse investimento em métodos substitutivos não se dá por uma questão moral em relação aos animais experimentais, mas, sim, porque a indústria farmacêutica vem entendendo que esses outros modelos, essas novas tecnologias têm mais condições, ou mais eficácia, em termos de prospecção.

Dados de 2013 sugerem que o custo total de desenvolvimento de um fármaco esteja entre 4 e 11 bilhões de dólares, dependendo do composto, e a etapa pré-clínica corresponde cerca de 40% a 50% desse investimento, e ela é considerada por muitos como sendo crucial para o êxito no avanço do desenvolvimento dessas substâncias nas etapas clínicas posteriores.

O custo da interrupção desse desenvolvimento é bastante elevado, e essa interrupção é regra. A taxa de drogas que entra na etapa clínica é de 1 para mil, segundo dados da FDA, agência norte-americana que regula farmacêuticos e outras substâncias. Pesquisador crítico da modelagem animal, chamado Thomas Hartung, farmacologista, comenta que — aspas — *“o número de substâncias lançadas no mercado está caindo e o seu sucesso não necessariamente compensa o alto investimento”*. De fato, segundo uma pesquisa de 2009, a quantidade de novas drogas aprovadas pelo FDA no mercado permaneceu constante nos últimos 60 anos, apesar do crescente investimento nessa área.

Esse filtro fino — quer dizer, uma substância para cada mil — por onde passam essas substâncias vem provocando uma reflexão sobre métodos melhores de avaliação de risco, considerada, então, uma etapa crucial no desenvolvimento dessas terapêuticas.

Sexto ponto: o sucesso de medicamentos para uso humano só existe graças aos experimentos em humanos. Como todos sabem, qualquer substância ou medicamento, por lei, devem ser testados em animais, mas sua eficácia só é garantida nos estudos com a nossa espécie, naquela etapa que a gente chama de clínica. Afirmar que animais foram responsáveis por uma série de avanços no campo da medicina humana é, no mínimo, leviano e, no máximo, uma afirmação que deveria ser apresentada ou baseada em fontes mais adequadas, como historiadores da ciência ou epistemólogos, e não por quem faz uso de animais na pesquisa. Não



há evidências históricas claras e tampouco óbvias dessa relação entre os avanços nas condições de saúde humana e a experimentação em animais.

Mas vamos supor que elas existam. Vamos supor que algumas técnicas foram desenvolvidas em animais e aplicadas com êxito em seres humanos. Há pelo menos duas considerações a se fazer nesse cenário hipotético. A primeira é que seria retrógrado justificar a manutenção de procedimentos exitosos do passado, desconsiderando os avanços da tecnologia e da ciência, sem falar inclusive dos avanços na nossa moralidade. E, segundo, seria determinista achar que existe pelo menos uma forma de se chegar ao êxito dentro de um empreendimento científico.

Sétimo ponto: a pesquisa com animais gera dados confusos, como explicitado no depoimento de um pesquisador e diretor executivo, da gigante farmacêutica Merck: *“Estamos gerando mais dados sem sermos mais exitosos. Existe uma zona de caos quando trabalhamos com animal e compreendemos muito pouco do que ocorre ali. Podemos perambular nessa zona por anos”*.

Mais do que isso, além de dados confusos, tais experimentos geram muitos falsos positivos e falsos negativos, ou seja, nesse filtro mencionado anteriormente, substâncias potencialmente benéficas para os seres humanos são descartadas e outras potencialmente danosas são administradas em voluntários humanos da fase clínica inicial, aumentando o risco de intoxicação nesses voluntários. Há quem diga que a pesquisa com animais vem, ao contrário, impedindo o avanço da ciência e da resolução efetiva dos problemas de saúde humana.

Oitavo ponto: existem pesquisadores que acreditam que a crítica à modelagem animal deve ser procedida por quem está lidando com a pesquisa na prática. Nesse aspecto, digo sem nenhum constrangimento que eu sempre estive longe da bancada. Sou péssimo em seguir receitas, apesar de, modéstia à parte, cozinhar muito bem. No entanto, fico à vontade em abordar essa temática tão complexa, porque tenho muito claro que a ciência não se faz apenas no laboratório. Quem assim pensa pouco sabe sobre a natureza do empreendimento científico, que extravasa o domínio técnico e o campo do laboratório e adentra profundamente em outros campos do conhecimento humano. Mas a ideia de que tais tecnologias devam ser oferecidas pelos críticos da modelagem animal é arrogante e evasiva. A crítica ao modelo animal não deveria ser adiada nem mesmo em uma situação em



que outros modelos de pesquisa mais preditivos não estivessem disponíveis, o que não é o caso. Então, pouco cabe aos críticos do modelo animal desenvolver tais modelos alternativos, especialmente quando se tratam de não especialistas. Se a astrologia não é capaz de prever eventos futuros, a crítica a esse modelo de previsão não deve deixar de existir, mesmo que não se tenha ideia de como se poderia melhor prever o futuro. No entanto, no caso da pesquisa científica, a ideia de como melhor prever respostas em humanos já está em curso e já existem inúmeras tecnologias de abordagem sendo empregadas para esse fim.

De toda forma, deve-se deixar muito claro que o desenvolvimento de inovações científicas deve ser um processo coletivo, colaborativo, coerente com o processo histórico da ciência e levando em consideração as especificidades de cada linha e área de investigação. Delegar a resolução prática de um problema a um não especialista da área, neste caso, está mais para um recurso retórico autointeressado. Nunca é demais lembrar que um especialista em uma área encontra-se intimamente comprometido com essa área, seja com sua permanência, seja com sua transformação.

Nono e último ponto, em um debate do qual participei, recentemente, na semana passada, o pesquisador e conselheiro do CONCEA — Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal, que não está aqui presente, declarou publicamente que 75% das pesquisas que se fazem com animais no Brasil poderiam ir para o lixo. Eu concordo com ele, ainda que acredite que ele tenha sido conservador em sua estimativa.

Não quero aqui defender o bom uso de animais na pesquisa, mas fazer uma reflexão sobre uma inconsistência frequente em discursos que justificam o uso de animais em pesquisas. E vou me explicar. Em uma palestra na UNICAMP, ocorrida em 2012, o Prof. Marcelo Morales, então Presidente do CONCEA e presente nesta Mesa, comemorou a posição de 13º lugar no *ranking* mundial de produção acadêmica, procurando justificar a necessidade dos experimentos em animais.

Mas o que dizer da qualidade desses quase 50 mil artigos publicados que sustentam esse *ranking*, dentro do espírito instituído no Salami Science? Pergunto isso porque até poucos anos atrás os biotérios eram verdadeiros depósitos de animais, e muitos ainda são.



Atualmente, existe o reconhecimento de que as condições de criação dos animais ou do meio ambiente interferem de forma crítica no metabolismo, comprometendo a qualidade da pesquisa. O que o Prof. Morales não mencionou foi o *ranking* do impacto das pesquisas científicas que de alguma forma indica a qualidade dessas pesquisas, em que, no mesmo período, o Brasil caiu de 31º para 40º.

Sim, a qualidade das pesquisas pode melhorar o incremento das condições ambientais, dos animais experimentais, ainda que isso não toque no cerne da questão da relevância biológica desses modelos.

Mas o que eu quero frisar aqui é até que ponto as justificativas para a continuidade da pesquisa com animais estão se dando de forma superficial e parcial.

Finalizando, como consequência direta da falta de massa crítica científica que temos no Brasil, atualmente, não há uma política adequada de financiamento de pesquisa para o desenvolvimento de métodos substitutivos.

Políticas de investimento são cruciais e determinam o caminho da inovação científica e tecnológica. Todos aqui desta Mesa sabem disso. A falta dessa massa crítica, insisto, dificulta a construção desse caminho.

O agravamento desse cenário se dá ainda pela falta de um debate ampliado e contínuo no campo da formação dos futuros pesquisadores e pesquisadoras nas áreas da saúde e da biologia. Enquanto não levarmos esses debates para os programas de graduação e pós-graduação dessas áreas, futuros pesquisadores continuarão se formando dentro da tradicional e antiga mentalidade da modelagem animal.

A criação de disciplinas de manejo e bem-estar animal na experimentação, como se verifica em muitas instituições de ensino e pesquisa, só agrava esse continuísmo, uma vez que está invariavelmente comprometida com apenas uma perspectiva.

Nesse contexto todo não é difícil entender porque uma parte considerável dos pesquisadores brasileiros das áreas experimentais seja tão devota do uso de animais na pesquisa.

Por fim, e assumindo o risco de fugir das permissões acadêmicas, eu cito o poeta — entre aspas —:



*“Rápido se monta uma moradia precária
Lento se constrói uma casa segura
Rápido a TV te entope de banalidades
Lento uma leitura certa te dá um levante
Rápido se faz uma pichação
Lento se faz um grafite bem feito
Rápido uma moto se espatifa contra uma parede
Lento uma goteira contínua consegue perfurar a
mais compacta pedra”*

Como disse o mesmo poeta, o *rapper* brasileiro BNegão, o processo é lento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Dando continuidade à nossa audiência pública, passo a palavra ao Dr. Marcelo Marcos Morales, Diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq. Tem V.Sa. a palavra.

O SR. MARCELO MARCOS MORALES - Boa tarde a todos; boa tarde, Sr. Presidente. É com grande satisfação que eu vejo esta Casa discutir o uso de animais para pesquisa científica no nosso País e se preocupar com o assunto. Eu gostaria de lembrar que eu fui coordenador do CONCEA e hoje sou Diretor da área de Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde do CNPq, órgão que fomenta a pesquisa em todo o território nacional.

Eu vejo com grande alegria o nosso Congresso discutindo a ética envolvendo o uso de animais e a preocupação com a viabilização de metodologias que possam substituir os animais para propósitos científicos e didáticos.

Eu devo lembrar — meu pronunciamento vai ser bastante rápido e simples — que essa é uma preocupação da comunidade científica brasileira há muito tempo. Como foi exposto aqui, a Lei Arouca foi colocada em 1996 nesta Casa e não tramitava no Congresso Nacional por 13 anos. Lembro-me muito bem que, em 2006, como Presidente da Sociedade Brasileira de Biofísica, junto com outros presidentes, viemos a esta Casa conversar com cada um dos Deputados, porque nós entendíamos, como comunidade científica, que o Brasil atingia, sim, a 13ª colocação, à época, em produção científica no mundo. E essa produção científica foi



alcançada com grande esforço da comunidade científica brasileira, não só nas áreas biológicas, mas em todas as áreas.

Então, viemos ao Congresso Nacional conscientizar os nossos Parlamentares de que era necessário o País ter uma lei que protegesse os animais na pesquisa científica. Era incompatível um país atingir 2% da produção científica mundial e não ter nada, a não ser alguns dispositivos de lei, nada regulamentares, que protegesse os animais para propósitos científicos e didáticos em território nacional de forma sistematizada.

Com a nossa colaboração, vários pesquisadores vieram e, em tempo recorde, foi compreendido por esta Casa que este País precisava de uma lei que regulamentasse a pesquisa científica. Logo em seguida, passou pelo Senado rapidamente, e o Presidente Lula, em 2008, assinou a Lei Arouca, de nº 11.794, que estabeleceu o Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal — CONCEA.

Eu tive a honra e a possibilidade, logo no início, de ser Conselheiro do CONCEA durante todo esse tempo, desde 2008, e, depois, como Coordenador do Conselho, começamos a fazer as regras em todo o território nacional do que podia e do que não podia ser feito com animais, com toda aquela composição que o Professor Granjeiro colocou aqui, as regras que poderiam ser feitas com animais no País. Ainda é uma lei bastante recente.

Eu devo lembrar que a Inglaterra, por exemplo, tem leis claras em relação à proteção dos animais utilizados em pesquisa desde 1876, e o Brasil tem uma lei promulgada em 2008. Então, nós temos um processo ainda para ser estabelecido neste País, que depende de tempo, depende de recursos e depende de aglomeração tanto deste Parlamento quanto dos pesquisadores, do ativismo, de todos os atores envolvidos na proteção dos animais utilizados em pesquisa científica.

Eu fui Coordenador do CONCEA logo no início de sua fundação e houve uma preocupação daquele Conselho de se instituir a Câmara permanente de discussão sobre metodologias alternativas ao uso de animal. Então, o Conselho Nacional já instituiu desde o seu início uma Câmara que discute constantemente as metodologias alternativas.



Nesse trabalho árduo durante 4 anos no Conselho, nós conseguimos fazer várias resoluções que regulamentaram a pesquisa científica no País e colocaram regras claras do que pode e do que não pode ser feito com animal, protegendo os animais utilizados em pesquisa, o que não existia antes.

Agora, ainda como Coordenador do CONCEA, junto com o Ministério da Ciência e Tecnologia, foi criada uma rede nacional de pesquisadores que fazem pesquisa com metodologias alternativas, que é a chamada RENAMA — Rede Nacional de Métodos Alternativos, e junto com o CNPq e o Ministério da Ciência e Tecnologia deste País foi realizada uma chamada em 2013 para que fosse fomentada a pesquisa com metodologias alternativas. Uma delas, de aproximadamente 150 reais... Mas esses valores são irrisórios para um País que tem uma produção científica dessa proporção que eu falei aos senhores, 200 mil reais são irrisórios, mas foi o recurso que foi alocado para o RENAMA na primeira chamada para que pesquisadores pudessem fazer no País aquele *kit* de irritabilidade que usa pele artificial, que é um dos principais *kits* utilizados para teste de irritabilidade.

Então, houve essa preocupação do Ministério da Ciência e Tecnologia para que esse *kit* pudesse ser viabilizado em território nacional. Outros projetos foram selecionados também de pesquisas espontâneas com metodologias alternativas, mas, como eu disse, aquele valor é irrisório.

Eu vejo alguns problemas a serem enfrentados, que nós temos que enfrentar conjuntamente. Eu acho que o Parlamento deu o seu passo, aqui está a prova, o Presidente Ricardo Tripoli colocando em discussão constante o uso de animais para que a gente pudesse debater e viabilizar o que pode ser substituído e debater aquilo que não pode ser substituído e tomar decisões responsáveis para a segurança nacional.

Alguns gargalos eu posso colocar aqui para os senhores, por exemplo, esse teste de irritabilidade que usa pele humana tem um problema, mesmo que produzida no País ela não poderá ser comercializada e colocada em uso para todos os pesquisadores brasileiros. Nós temos uma lei, muito bem colocada por esta Casa, a Lei nº 9.434. Ela dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplantes e tratamento e dá outras providências. No seu art.



15, ela proíbe a comercialização de órgãos ou células derivadas de tecido humano, portanto, esse *kit* ficaria, mesmo que produzido no Brasil, inviabilizado na sua comercialização e na sua disponibilização para a ciência.

Então, são alguns gargalos que eu tenho certeza de que este Parlamento vai resolver, mas eu gostaria de colocar para que todos entendessem que estamos trabalhando conjuntamente, com vários Deputados desta Casa. Isso já foi discutido e está sendo resolvido, e eu creio que isso será resolvido muito em breve.

Sr. Deputado, eu tenho a clara noção de que essa é uma discussão bastante importante, que nós cientistas, comunidade científica, Governo Federal e Parlamento temos que nos debruçar e discutir.

Os recursos para ciência e tecnologia no País ainda são bastante pífios. O investimento em ciência e tecnologia tem que ser aumentado e, na área de metodologias alternativas, ainda é muito pequeno. Eu coloquei 200 mil reais, mas é um valor totalmente irrisório. Eu sugiro a esta Casa que nos ajude a implementar metodologias alternativas neste País com emendas parlamentares.

Eu já apresentei uma emenda parlamentar ao Deputado Izar, com uma proposta de emenda parlamentar, para que o Parlamento pudesse fomentar, com 40 milhões de reais, as pesquisas com métodos alternativos, através de implementações, chamadas públicas, com competição entre os pesquisadores brasileiros, para que a gente pudesse formar uma rede nacional de pesquisa com métodos alternativos, a fim de que os métodos alternativos, de fato, fossem produzidos em território nacional.

Então, eu apresento aqui ao Deputado o meu apelo a esta Casa, porque os recursos em ciência e tecnologia realmente são escassos.

O CNPq também tem se preocupado, depois que eu tomei posse como Diretor da Diretoria de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde, com essa discussão. Foi por minha sugestão que está sendo implementada a área, que não existia no CNPq, de ciências de animais de laboratório e tecnologias alternativas ao uso de animais.

Então, essa área do conhecimento, que será colocada à Presidência do CNPq para ser instituída no CNPq, poderá receber implementação orçamentária desta Casa e recursos do Governo, se assim for, para que a área de ciências de



animais de laboratório, o bem-estar animal, a ética com animais utilizados em pesquisa e o fomento às tecnologias alternativas sejam realmente implementados. Caso contrário, ficaremos aqui debatendo, sem ter recursos para viabilizar o que nós estamos discutindo.

Eu não vou me alongar sobre a importância que este País tem e o esforço que ele fez, durante anos, para se organizar, para que ele pudesse, sim, atingir hoje a 12ª colocação em produção científica, o que é orgulho nacional.

Nós somos responsáveis por 2% de todo o conhecimento científico produzido no mundo. Nós temos que estar orgulhosos de ter conseguido alcançar esse objetivo. Mas muito tem que ser alcançado. Nós temos que aumentar, de fato, o impacto dessas nossas produções. Repito: nós temos que aumentar o impacto dessa produção. Isso não significa só volume, mas impacto e relevância, porque produzir ciência não é só produzir ciência e conhecimento para o mundo; é a soberania nacional; é trazer para o Brasil a independência de que nós tanto necessitamos. Nossa população tem que ficar independente de medicamentos do exterior, independente de metodologias do exterior e tem que ser autossuficiente para proteger a sua própria população e também os seus próprios animais. Eu digo que pesquisa com animais não é só para a população humana, é também para proteger os próprios animais.

Finalizando, eu gostaria de, novamente, parabenizá-los e de me colocar à disposição como servidor público. Sou professor universitário, pesquisador, cientista e servidor público. Eu amo meu País, luto por ele e luto pela ética. Desde 2006, eu estou nesta Casa lutando pela ética em relação ao uso de animais. Por isso, acho que também tenho minha parte nisso, tenho consciência disso.

A Lei Arouca tramitou, porque vários pesquisadores brasileiros vieram a esta Casa e, com os Parlamentares, conseguiram fazer com que tivesse início neste País a discussão sobre a ética em relação à pesquisa com animais. Se nós chegamos ao ponto de haver uma discussão tão importante como esta, nesta Casa, a discussão de como devemos fazer a implementação de metodologias alternativas, é porque avançamos. E avançamos em vários pontos; tanto com os cientistas, que colocaram suas opiniões; como com os ativistas, que colocaram suas opiniões. São opiniões extremamente importantes, para que a gente consiga chegar ao meio termo, sem



colocar em risco a nossa população e sem colocar em risco os interesses nacionais. Foi uma decisão bastante madura sobre aquilo que deve ser feito nessa área.

É isso que eu gostaria de deixar para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Gostaria de registrar a presença do nobre Deputado Roberto Santiago, também ativista nessa área.

Com a palavra o Dr. Carlos Zanetti, que é professor associado de Imunologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

O SR. CARLOS ZANETTI - Boa tarde a todos. Para mim é uma imensa honra estar aqui nesta Casa participando desta Mesa com os nobres colegas.

Vou contar um pouco da minha trajetória como um testemunho do que faz a pesquisa com animais. Vou começar bem do início, lá da minha infância, quando eu realmente sabia, que não tinha nenhuma dúvida da relação que eu tinha com os animais, de amor a eles. Até que um dia, por algum motivo familiar, o meu cachorro foi dado embora e outro dia o meu periquito foi dado embora. E naquele instante eu senti que tinha algum tipo de rompimento, que tinha algum motivo maior do que eu simplesmente manter o meu vínculo com eles. Isso foi a primeira quebra. Eu estou falando isso, porque isso vai ter uma importância na construção do meu raciocínio.

Mais tarde, eu entrei na Escola Paulista de Medicina. Eu me formei em Ciências Biomédicas numa das escolas mais renomadas do País, que hoje é a Universidade Federal de São Paulo — UNIFESP. E lá, em muitas disciplinas, eu tinha aula prática com animais. A gente fazia de tudo com camundongos, ratos, porquinhos-da-índia, cobaias e até cães: aulas de fisiologia, de imunologia e tal. Aquilo era, para mim, absolutamente chocante, mas ao mesmo tempo cada vez menos aquilo me sensibilizava, e a ponto de eu continuar na carreira. Ao mesmo tempo em que a gente aprende aquilo e tem como referencial os nossos professores, que são mestres, que são doutores e têm carreiras internacionais, a gente vai se dessensibilizando com isso, e vai achando que aquilo é o certo.

Quando a gente é jovem, a gente aspira a uma carreira. E assim como eu, sei que muitos fizeram uma trajetória parecida. Eu fiz mestrado na Escola Paulista de Medicina; fiz doutorado na Escola Paulista de Medicina, com sanduíche no Instituto Pasteur de Paris; trabalhei no Instituto Pasteur de São Paulo como pesquisador



científico; e agora estou, há 17 anos, como professor na Universidade Federal de Santa Catarina.

Nesse trajeto todo, desde o começo eu ouvi promessas de que aquelas coisas que a gente estava fazendo com os animais tinham um motivo maior para serem feitas, que a gente ia descobrir coisas e que íamos ter alguma coisa que ia reverter para a população de fato. E nunca, em toda essa trajetória — e eu citei, simplesmente porque são lugares que são renomados —, em nenhum lugar, exceto na UFSC, eu tive qualquer pessoa que fizesse contraponto dentro das instituições acadêmicas e científicas. Nunca ninguém levantou, dentro dessas instituições, um questionamento crítico sobre o uso disso.

É claro que a gente vai percebendo que absurdos eram feitos. O próprio Marcelo citou aqui o quão recente é o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal — CONCEA. Então, até muito recentemente, todos os absurdos que eu testemunhei, como animais sem comida, no biotério, canibalizando-se, experimentos sem nenhuma questão básica por trás deles, simplesmente eram variação dos mesmos temas. Muitos professores se assentaram em modelos animais. E a própria maneira produtivista com que hoje a gente trata a ciência; a gente é muito cobrado pelo quanto a gente produz. É claro que é muito fácil de a gente cair na mesmice e ficar nesse modelo.

Fazer um estudo com diabetes em qualquer tipo de animal de experimentação é muito fácil de gerar diabetes. Em seres humanos, fazer o mesmo estudo demora anos para ser publicado. E assim é com qualquer outra coisa. Existem estudos sobre câncer mostrando que para uma célula cancerosa virar um nódulo mínimo, de milímetros, demora pelo menos 10 anos de mutações para chegar àquele estágio. E como a gente induz câncer em animal, a coisa acontece muito mais rapidamente. Acontece muito mais rapidamente, publica-se mais rapidamente, melhora-se o currículo, ganha-se mais financeiramente, tem-se mais alunos de iniciação, e aí a gente constrói em cima de coisas pouco questionadas.

Quando eu cheguei à UFSC, como eu era um vivisseccionista, eu usava demais, eu fui indicado pelo meu Departamento para participar da Comissão de Ética de Uso de Animais — CEUA de lá. E, pela primeira vez, dentro de uma instituição acadêmica, eu percebi que existiam pessoas com voz contrária àquilo e



com críticas muito inteligentes. Eu vou citar o nome delas: Profa. Sônia Felipe, filósofa, e Profa. Paula Brügger, representante do Departamento de Ecologia e Zoologia, ambas protetoras dos animais. Elas levantavam questionamentos éticos, que o Thales disse que ia deixar de lado. Mas não tem como deixar de lado, quando obviamente no recorte que ele falou, não tem como a gente não abordar esse tema, porque a gente está tratando de vida.

A própria ciência está demonstrando que os animais são muito parecidos com a gente geneticamente, são muito parecidos com a gente metabolicamente, são muito parecidos com a gente emocionalmente. Recentemente, um grupo de renomados cientistas de Cambridge fez uma declaração sobre a consciência animal: mamíferos, aves e até polvos têm consciência; talvez répteis e anfíbios tenham também. Então, se uma ação vai prejudicar a forma de vida de outros seres vivos, que são tão parecidos com a gente que servem até de modelos, embora não tenham as mesmas doenças, como é que a gente não tem lei que os proteja? É uma contradição, porque a gente aceita essa similaridade, mas as leis não protegem os animais. A gente faz um recorte do que é humano e do que não é humano.

Graças a esses questionamentos, eu fui estudar um pouco de Filosofia e, ao contrário de um artigo científico da nossa área, que a gente lê em 15 minutos, as coisas de Filosofia, para quem está na área Biomédica, são árduas. Perde-se muito tempo para entender uma página e muito mais para entender o livro ou a ideia que ele quer trazer. Independentemente da linha — há os utilitaristas, os que dizem que os animais têm que ter direitos, as feministas, que dizem que a gente tem que melhorar a nossa emotividade para ter um relacionamento com os animais —, o que a Ética traz é que a gente não pode desconsiderar os que são diferentes. E isso é fundamental para qualquer tipo de discussão.

Eu gostaria de continuar acreditando nessa ciência com animais, como alguns colegas acreditam, mas, mesmo sob o ponto de vista científico, existem coisas altamente criticáveis. Por exemplo, se vocês perceberem, foi falado aqui que estão sendo feitos tecidos de porcos transgênicos, para que um dia sirvam de transplante. Eu sou professor de imunologia. Uma das coisas mais fundamentais do sistema imune é ele rejeitar tudo o que é diferente. Até entre nós, que somos da mesma espécie, não se aceita o transplante de um tecido de um para outro porque a gente é



diferente. Se a gente mudar de espécie, essa rejeição é ainda mais evidente. Então, qual é a chance de se conseguir manipular geneticamente um porco para que ele tenha tecidos parecidos com os nossos? Já começa por aí o raciocínio.

Outro ramo da ciência Biomédica que usa muito animal e é muito defendido e aceito pela população com bastante passividade é a área das vacinas. Querem fazer vacinas contra muitas coisas. É desejável que se faça vacinas contra muitas coisas, mas é incrível como os pesquisadores não percebem que as vacinas que se conseguiu desenvolver são todas aquelas relacionadas a doenças contra as quais a gente tem uma resposta protetora naturalmente. Eu peguei rubéola e nunca mais peguei. O mesmo ocorreu com a caxumba e com o sarampo. Os mais jovens do que eu não pegaram essas doenças, tomaram vacina, mas as vacinas existem porque, naturalmente, existia uma defesa contra isso, uma imunidade protetora, que deixava memória.

Tentam fazer vacina contra malária, contra leishmaniose, contra um monte de coisa, usando como modelos ratos, camundongos e outros animais e, se a gente olhar para a nossa própria espécie, pessoas que moram em áreas endêmicas de malária pegam duas, três, cinco, dez vezes malária e não ficam protegidas. Ninguém até hoje pegou HIV e desenvolveu uma imunidade protetora que destruiu o HIV, ficando imune a uma nova infecção. Pelo contrário, uma pessoa que tem HIV pode pegar outras cepas do mesmo vírus.

Então, vejam o quanto isso é artificial e o quanto isso é pouco explorado, o quanto isso é pouco explícito para a sociedade. O mundo da Ciência, o mundo dos pesquisadores é um mundo bastante elitista, bastante hermético, bastante fechado. A única finalidade que vejo de eu estar aqui é defender que as coisas sejam transparentes. Eu não sou dono da verdade, como ninguém é dono da verdade, mas a sociedade precisa saber o que se passa. Para isso é preciso que mais vozes, além das dos pesquisadores que usam animais, também se exponham e falem o que pensam.

Usam-se sempre argumentos, como foi falado aqui nesta Mesa, de que, por exemplo, os antirretrovirais, que hoje estão salvando vidas, que estão mantendo pessoas com o HIV vivas por muito tempo, foram desenvolvidos graças ao uso de animais. Não é verdade. Os medicamentos, os componentes dos famosos coquetéis



não passariam pelos testes nem de eficácia, nem de toxicidade. Mas, graças a um grupo de pessoas que se sujeitaram a ser pesquisadas, hoje os medicamentos estão salvando vidas. E erros desse tipo há de monte na literatura. Só que tudo é construído em cima da experimentação animal. Então, fica fácil argumentar que tudo vem dos animais. Eu acho que a gente precisa difundir essas coisas. E, para difundir — como aqui há vários professores, e nós temos obrigação de difundir conhecimento —, precisamos ser o mais honestos possível com a sociedade, para que ela decida o que quer fazer.

Eu estava dizendo que o mundo da Ciência é um grupo bastante elitista e bastante hermético. Para os senhores terem uma ideia, existe um jornal bastante conceituado, que é o *The Journal of Experimental Medicine*. Tudo que se fala de medicina experimental é estudo com animais. Na década de 20, orienta-se os pesquisadores a não usar termos como “sangramento”, mas sim “hemorragia”, a não falar que a gente “mata” os animais, mas que a gente usa “eutanásia”, que é um termo errado.

Então, nesse meu caminhar na academia e em institutos de pesquisa, eu me deparei com muitas coisas que não são verdades ou que são meias-verdades, ou que às vezes são encobertas. Acho que, para uma sociedade madura decidir o que ela precisa, o que ela quer, isso precisa ficar explícito. Os pesquisadores que usam animais precisam mostrar à população o que é feito com os animais, e não só falar termos técnicos e confundir todo mundo. A gente precisa saber o que é feito lá dentro para tomar uma decisão acerca de que caminho quer seguir. A gente precisa ver o que se faz com os camundongos, com os ratos, com os coelhos, com os gatos, com todos eles.

Acho que nós precisamos encontrar caminhos. Um dos caminhos, além dos métodos alternativos... Eu fico bastante feliz de ver que hoje foi uma unanimidade aqui falar de métodos alternativos. Eu fiz parte do CONCEA, no início do CONCEA, junto com o Dr. Marcelo e mais outros membros. Interessantemente, eu não era querido por ninguém, porque lá dentro eu era defensor do animais, e só havia quatro defensores dos animais. Mas para os ativistas eu era um vivisseccionista. Então, eu vi xingamentos de toda espécie na Internet contra a minha posição de estar lá dentro. Mas, por uma série de circunstâncias, a lei exigia que se tivesse doutorado



para estar naquele Conselho. Como eu já não usava mais animais, resolvi aceitar. E fico feliz com o poder que as ideias têm, porque lá, logo no início, quando se estava fazendo ainda o Regimento Interno, instituíram-se câmaras de atuação. Essa de métodos alternativos foi sugerida por mim, e obviamente deve estar em alguma ata. Muitos não queriam inicialmente, mas, pelo apoio do Dr. Pedro Biensfield e de mais alguns, ela foi instituída, e hoje vejo que é bastante defendida.

A gente precisa também tomar cuidado com a confusão que se faz às vezes entre bem-estar animal e ética animal. Quando fui indicado para o CONCEA, eu já não usava mais animais, e isso foi uma angústia; não foi uma mudança de um dia para o outro. Eu assumi a postura de utilizar o princípio dos três erres. Então, eu comecei a reduzir o número de bichos, comecei a refinar o uso de bichos e os substituía quando conseguia. De maneira geral, ele ainda continua usando animais. Eu percebi, pela minha experiência, que, mesmo utilizando esse princípio, em vez de usar 200 camundongos por ano, como já usei em alguns anos, passaria a usar dois ou três, mas aquilo se perpetuaria. Eu iria usar dois ou três sempre.

Portanto, esse princípio de cuidar dos animais está muito ligado à qualidade da pesquisa. Sem entrar no mérito da pesquisa com animais, o mínimo que se espera é que os animais tenham saúde para se poder minimamente mimetizar o sistema humano.

É importante também a gente saber e lembrar que, com raríssimas exceções, como, por exemplo, as doenças genéticas — e aí o indivíduo nasce com o azar de já ter a sua trajetória bastante comprometida —, a grande maioria das doenças humanas são multifatoriais. O ser humano fica doente porque está triste; o ser humano fica doente porque não tem água bem tratada, ou porque há veneno na água; o ser humano fica doente porque não come bem, porque não tem condições sanitárias. Falta de dinheiro também dá muita doença, inclusive porque não dá para comprar remédios, além da tensão. Na minha área, a imunologia, os linfócitos, as células que andam por dentro da gente e que tomam conta da nossa saúde, têm receptores para todos os hormônios. Se a gente está feliz, se a gente está em paz, ou se está estressado, ou se está triste, os hormônios fazem essa interface entre as emoções e o físico, e os nossos linfócitos percebem. Por isso os nossos avós já diziam que tristeza dá doença. Eu digo isso porque os modelos animais para câncer,



para AIDS, para qualquer coisa não passam nem perto, nem perto, do que é realmente a doença humana.

Finalmente, para vislumbrar um horizonte diferente, a gente vai ter que desbravar outros campos. A gente necessariamente tem que fazer mais pesquisas com seres humanos. Muitas vezes, quando pessoas defendem isso, são acusadas de nazistas, como se as pesquisas com seres humanos devessem ser feitas como são feitas as com animais experimentais. E é óbvio que a gente tem muitas outras abordagens com seres humanos. Hoje, nós vamos aos médicos fazer consulta e eles mal perguntam o que comemos. Hoje, com a velocidade de interação de informações, podem ser muito rapidamente descobertas coisas que a gente nem imagina.

Então, a pesquisa com o ser humano, epidemiologicamente, com levantamento de dados, com observações de pessoas que já tomam os medicamentos que estão no mercado, por exemplo, pode nos dar novos horizontes, junto com métodos alternativos e com o aumento da consciência. Digo aumento da consciência no sentido de que, se a gente quer evoluir como sociedade, ela, a sociedade, tem que ser mais bondosa, mais generosa, levando em consideração outras formas de vida que não seja a humana, porque senão sempre se vai aumentar a violência.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Muito bem.

Antes de passar a palavra ao Frank, eu queria cumprimentar e agradecer ao Helder Constantino e à Antoniana Ottoni, que fazem parte da Humane Society Internacional, pela colaboração no nosso evento de hoje, e dizer da nossa gratidão a vocês.

Peço que faça uso da palavra agora o Coordenador da Cruelty Free Internacional, o biólogo Frank Alarcón. Com isso, a gente encerra, então, essa primeira etapa dos pronunciamentos.

O SR. FRANK ALARCÓN - Serei breve. Parablenzo o Deputado Tripoli pela iniciativa, muito importante. Antes de ser Coordenador da campanha da Cruelty Free, eu sou biólogo. E, como biólogo e pesquisador — trabalho há mais de 20 anos



em Ciência, continuo trabalhando —, eu me sinto bastante confortável em questionar tudo o que os colegas da classe disseram, principalmente aqueles que incentivam ou aceitam a experimentação animal.

Preocupa-me muito que a comunidade científica entenda que o modelo animal é um modelo aceitável, porque me parece que, ao aceitar um modelo animal como uma ferramenta eficiente, os profissionais da Ciência estão se esquecendo de princípios básicos de evolução. E o que não dizer, então, de princípios básicos de ética? E isso me leva a um outro ponto: a comunidade científica se apropriou da palavra “ética” sem sequer entendê-la, porque, se entendesse, seria absolutamente contrária à experimentação animal.

Eu sempre gosto de colocar aos colegas da comunidade científica a seguinte questão: como nós definimos a situação em que extraímos informação de alguém mediante violência e estresse? A definição disso é muito clara: tortura. Toda vez que nós queremos extrair uma informação mediante a violência, a opressão, a dor, o estresse, classificamos isso como tortura. E a experimentação animal é isso. Não importa o tamanho da gaiola, não importa se a comida ou a água é oferecida *ad libitum*. A experimentação animal e os maus-tratos são termos indissociáveis.

A literatura científica corrobora o que eu estou falando. Eu recordo que, em abril de 2014, ou seja, questão de dias atrás, na *Nature*, saiu um artigo científico que coloca como ratos reagem de forma diferente se o experimentador é homem ou se é mulher. Quando o experimentador é homem, os ratos, ao sentirem, obviamente, a emanção de andrógenos dos experimentadores, alteram completamente a sua fisiologia, o que, claro, mascara a resposta do organismo experimentado, no caso o rato, ao experimentador. E, quando o experimentador é mulher, o resultado é de outra natureza. Ou seja, seria muita ingenuidade que os cientistas, os meus colegas, não conseguissem enxergar que animais, como ratos, camundongos, macacos, cães, gatos, peixes, cavalos ou o que seja, são dotados de peculiaridades, não somente cognitivas, mas também fisiológicas, de uma ordem que desconhecemos. Nós não sabemos nada sobre animais, no entanto os usamos para extrapolar informações sobre a nossa biologia.

Como disse o Dr. Carlos Zanetti, e disse muito bem, nem humanos são modelos para humanos. Do contrário, o transplante de órgãos seria coisa que



faríamos sem pensar duas vezes. Então, o que diremos de usar animais para extrapolar informações sobre a biologia humana?

Muito se fala em uso de modelos animais para garantir a segurança do cidadão, da pessoa que consome remédios. Eu gostaria apenas de citar aqui nomes de substâncias que foram extensivamente testadas em animais por grandes indústrias e que, mesmo assim, causaram inúmeras mortes: Vioxx, pela Merck, ficou 5 anos no mercado antes de ser retirado; Baycol, pela Bayer, 4 anos no mercado; Fen-Phen, da Wyeth, 24 anos no mercado; Posicor, da Roche, 1 ano no mercado; Fenilpropanolamina, 60 anos no mercado. Seldane, Rezulin, Bextra e várias outras substâncias que passaram pelos ensaios pré-clínicos, pelas Fases 1, 2 e 3 de avaliação clínica, em que foram gastos bilhões e bilhões de dólares, causaram inúmeras mortes e foram retiradas do mercado. Essa relação é apenas uma pequena parcela de várias outras substâncias que se mostram muito bem-sucedidas em animais, mas um fracasso em seres humanos.

A comunidade científica já curou câncer em ratos mais de cem vezes, já resolveu problemas cognitivos ou de degeneração neurológica em animais de laboratório várias outras vezes, mas em humanos isso não se transfere, não se traduz, por motivos muito básicos. Por isso eu digo que parece que a comunidade científica faltou às aulas de evolução, de darwinismo, porque, se tivesse dado atenção às aulas básicas de evolução, ela perceberia que animais são sistemas biológicos complexos; e todo sistema complexo é capaz de propriedades emergentes, que aparecem das formas mais variadas possíveis.

O Dr. Carlos Zanetti, mais uma vez, disse que são sistemas multifatoriais e são, no mínimo, sistemas multifatoriais. Gêmeos monozigóticos apresentam respostas diferenciadas à mesma droga, à mesma doença, e estou falando aqui de seres humanos.

Então, quando confronto meus colegas da comunidade científica, fico realmente muito frustrado que tenhamos cursado os mesmos institutos, as mesmas instituições e ainda insistam que modelos animais possam representar de forma minimamente decente a biologia humana, e não representam. Nós sabemos disso; a comunidade científica sabe disso. A questão é que por outros interesses ela não revela isso. E eu poderia me estender por horas e horas falando disso.



Mas, para ser breve e encerrar a minha fala, a outra questão é a de ordem ética. A comunidade científica não entende o que é ética. Ética é prestar atenção no outro, é ter consideração pelos interesses do outro, e o outro não é apenas o outro ser humano. Se nós levarmos ética a esse grau, daqui a pouco estaremos aceitando que ter consideração apenas por aqueles do mesmo sexo, ou do mesmo credo, ou do mesmo país, ou da mesma etnia, é ética. E a gente sabe que isso não é ética.

Na verdade, ética é um tema absurdamente complexo, que não se resume a uma linha só, até porque existem várias linhas de pensamento: a consequencialista, a deontológica, a das virtudes. E eu duvido muito que a comunidade científica tenha uma razoável noção do que seja ética.

Portanto, quando eu escuto que a Lei Arouca veio para regulamentar a pesquisa científica, como foi dito aqui, fico muito triste, porque ela não a regulamenta, ela regulamenta a opressão, a dor, a violência. Quando uma lei diz que os animais agora só podem ser submetidos a um dado tratamento, sob certas condições, e tudo mais, ela está dizendo como eu posso torturá-los. Só que a lei, seja ela qual for, não anula o sofrimento. Todos aqueles animais, os ratos, os camundongos, os macacos, os cães, e todos os outros que serão usados e são usados — e a comunidade científica não divulga quais são, quantos são, onde estão e como estão, no Brasil e no mundo — sofrem diariamente há muito tempo.

Dessa forma, não somente pelo lado científico, técnico, mas também pelo lado ético, filosófico, animais saem perdendo nessa relação do cientista ou da sociedade na busca de curas ou de métodos preditivos para seus males. Aliás, é muito interessante, porque muito desses males, dessas doenças são humanas, e nós colocamos terceiros, animais não humanos, para pagar essa conta.

Eu acho muito curioso — e isso ficou bastante claro na fala de alguns colegas da Mesa, como no último eslaide do Dr. Granjeiro, em que ele coloca quais são os desafios hoje na elaboração dos métodos alternativos — que a quase totalidade dos itens sejam de ordem política, burocrática e econômica. Esses são desafios. Por que não fazemos mais métodos alternativos? Porque falta dinheiro, porque há muita burocracia no País, porque talvez a cultura científica ainda não esteja adequada. Todos esses são problemas que podem ser solucionados. Falta vontade política,



falta empenho dos Parlamentares. Alguns Parlamentares já estão se mexendo e propondo projetos dessa ordem.

Eu aproveito para alertar o Dr. Morales: já existe um projeto que regulamenta a questão da pele humana, ou melhor, cria um atalho para que possamos usar pele humana para teses científicas; é um projeto inclusive do Deputado Izar. Mas existem vários outros que podem inclusive ser construídos. Eu recomendo aos colegas Parlamentares que façam isso. Sem dinheiro e sem vontade política nós jamais avançaremos na questão dos métodos alternativos.

Mas, mais importante do que tudo, indiferente de os Parlamentares mexerem com isso, se houver ou não dinheiro, é absolutamente errado técnica e filosoficamente o uso de animais na pesquisa científica. Volto a dizer, endossado por uma série de artigos científicos das revistas mais prestigiadas: não somente eu, como vários outros colegas, temos condições de discutir isso em termos científicos com aqueles que defendem a experimentação animal. Então, realmente eu me preocupo muito que os colegas da área científica insistam, insistam e insistam na questão do uso animal, que continuem dizendo que isso será melhorado, que por enquanto não temos nada melhor. A questão é que os modelos animais já não são nada melhor. Eu acabei de citar aqui um exemplo, e poderia me estender por horas.

Esse era o recado que eu queria dar. Mais uma vez, quero parabenizar o Deputado Tripoli, e pedir sinceramente que a comunidade científica, o Dr. Morales, o Dr. Granjeiro, o Dr. Stabeli e tantos outros, mude o discurso. Atentem para o seguinte fato: se vocês são cientistas de verdade e sabem como interpretar dados científicos, não continuem insistindo nessa falácia. E quem lhes pede isso é um outro colega, um outro cientista que passou pela USP, pela UNICAMP, pela UFRJ, por vários outros centros, e também tem artigos publicados e conversa do mesmo jeito que vocês.

Esse é o meu pedido, e agradeço desde já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Eu queria, obviamente, dar um pequeno testemunho aqui do porquê da iniciativa de nós propormos esta audiência pública.

Há cerca de 12 anos, juntamente com alguns protetores, cientistas, professores e um grupo de advogados que trabalham comigo, pensamos num



código estadual do nosso Estado de São Paulo que viesse atender à demanda dos nossos animais. Então, há cerca de 12 anos, nós já estávamos operando nesse sentido. E imaginei que, quando o projeto fosse aprovado, o grande entrave que nós teríamos seria com o pessoal ligado aos rodeios. E, para minha surpresa, não foi. A resistência e o preconceito, num primeiro momento, foi com a classe científica.

Recebi vários cientistas no meu gabinete, à época, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para discutirmos e inclusive afunilarmos algumas posições que pudessem atender à demanda da proteção animal, obviamente sem que houvesse prejuízo à Ciência, a qual eu respeito muito. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC, inclusive no caso específico do Código Florestal, tem tido um comportamento ético, esteve ao nosso lado.

Quando já aprovada essa lei, obviamente essa diferença só cresceu. Houve um hiato enorme entre o nosso entendimento e o entendimento da classe científica, no que diz respeito especificamente ao experimento animal.

Quando cheguei aqui à Câmara, por designação dos meus companheiros, fui eleito Coordenador de Fauna da Frente Parlamentar Ambientalista. Como Coordenador de Fauna, 8 anos atrás, apresentei um projeto de lei de um código nacional de proteção aos animais. E, por incrível que pareça, pasmem os senhores, há 8 anos ele aguarda a formação de uma Comissão, que é muito maior do que uma Comissão de Constituição e Justiça ou Comissão Temática, que se chama Comissão Mista, para que membros de cinco Comissões a integrem e deem um veredito: “*O projeto é bom*”, “*O projeto é ruim*”, sob o aspecto da criação dos animais, sob o aspecto da vivência, sob o aspecto do experimento científico dos animais, enfim, um projeto amplo. E, considerando o contraditório e a liberdade que nós temos no processo democrático, cada um poderia votar da maneira como quisesse: “sim”, “não”, sob seus argumentos. O problema é que nós não tivemos a mínima oportunidade de formação da Comissão até hoje.

Tenho debatido com todos os Presidentes desta Casa. Depois de 8 anos nesta Casa, presidido pela primeira vez, eu diria, uma das Comissões mais importantes, que é a da Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Quero dizer que nós estamos aguardando. Este debate que se faz hoje, depois de 8 anos,



é o primeiro que se realiza nesta Casa! É o primeiro debate, em que cientistas se propõem a discutir o tema.

Vejam bem os senhores que nós não trouxemos aqui entidades não governamentais, nem de um lado, nem de outro; foram cientistas, com amplo conhecimento de causa, que vieram aqui obviamente expor as suas teses e emprestar um pouco do seu conhecimento, coisa que não foi feita nem no debate do Código Florestal. No Código Florestal, os cientistas sequer foram ouvidos. Aqui não, nós temos posições que são favoráveis e posições muito claras que são contrárias a essa questão.

Muito bem. Eu acho que, acima disso tudo, o caso do Instituto Royal, que foi dito aqui, é um caso emblemático. Eu acho que ele é o marco do início de um grande processo, que se iniciou por iniciativa de poucas pessoas. Nós acompanhávamos à distância o que estava acontecendo naquele Instituto, tanto é verdade que o Presidente me pediu que eu fosse ao local, e fui no dia seguinte. Os socorristas e a Constituição brasileira dizem que, quando uma vida estiver em risco, há a obrigação de nós prestarmos socorro, sob pena de lei. Se nós não prestarmos socorro, estaremos nos recusando a atender, a salvar uma vida! Não importa se eram seres humanos ou não, mas eram vidas que lá estavam.

O SR. DEPUTADO ROBERTO SANTIAGO - Crime de omissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Crime de omissão, lembre-me bem o Deputado Roberto Santiago.

Mais do que isso, no dia seguinte estive no local, e o que nós observamos lá foi muito triste. E aí eu vou fazer aqui uma crítica, e a faço de maneira aberta, porque o Presidente desta Casa me designou Relator desta matéria: se eu não conseguir avançar com o Código, pelo menos terei a relatoria do caso do Instituto Royal. Espero concluí-la até agosto. Nós estamos terminando de coletar as provas.

Por outro lado, assisti a uma senhora que se dizia cientista e partícipe desse mesmo Instituto Royal, que é de propriedade de uma indústria de fármacos, na cidade de Itapira, no nosso Estado de São Paulo, dizendo que ali haviam sido destruídas provas de experimentos científicos que lá estavam sendo conduzidos. Já se passaram cerca de 8 meses, nós já pedimos, reclamamos mais de 10 vezes, e não recebemos uma única pesquisa ou indicação de qual pesquisa estaria sendo



realizada naquele Instituto. Isso é muito grave! Isso é extremamente grave! Isso conspira contra a classe científica, e não contra aqueles que protegiam os animais, porque está colocando em risco a seriedade do trabalho que a classe científica sempre realizou dentro e fora do nosso País. Quantos bolsistas estão hoje fora do País desenvolvendo pesquisa, elaborando seus laudos, fazendo o seu trabalho, que é extremamente importante? Há uma literatura fantástica sobre Ciência no Brasil, agronegócio e outras áreas relacionadas, mas nós não temos — até hoje não foi apresentado um único trabalho para se dizer que naquele local se praticavam aqueles experimentos.

Eu já tinha visto inclusive o pessoal da área de criação de pássaros debater se eles devem ou não ser criados em gaiolas. Foi a primeira vez que eu vi cães presos em gaiolas. Eu nunca tinha visto. Não entendo que bem-estar é esse, não entendo de que maneira pode se entender um instituto desses, que buscou um local extremamente ermo, na cidade de São Roque, onde funcionava um instituto psiquiátrico, muitos anos atrás, e com recursos do Governo Federal, o que é pior. O Governo Federal punha recursos numa instituição privada.

E vou mais adiante. Acho que boa parte da parcela de culpa é da ANVISA, porque ela não aceita protocolos que venham de fora do Brasil, que poderiam muito bem ser consolidados pela classe científica brasileira. Nós temos que confiar na classe científica brasileira — recebe os protocolos de experimentos antigos que lá já foram feitos, e há um reconhecimento da classe científica brasileira. Por que nós não vamos dar essa condição? E temos que fazer a repetição de exames que já foram elaborados durante muitos anos.

E o que foi dito aqui me preocupa muito também, Deputado Roberto Santiago: nós poderemos estar correndo um grande risco em produtos medicamentosos testados em animais que obviamente possam não ser úteis ou, mais do que isso, possam ser prejudiciais à saúde de seres humanos. Isso me deixa extremamente preocupado. Então, acho que hoje foi um dia muito importante nessa caminhada, nessa busca.

Outro dia, nesta Comissão, na área de comunicação, ouvimos aqui um grande técnico falar sobre a questão da telefonia. E ele dizia que, nos últimos 15 anos, a telefonia fixa e a telefonia móvel tiveram um avanço fantástico. Hoje quase



ninguém tem câmera fotográfica, quase todos utilizam o celular. Olhem o avanço tecnológico que houve nessa área.

Eu gostaria muito que nós pudéssemos repensar isso. Pela Comissão de Meio Ambiente, eu tive o privilégio de ir à Festa do Kuarup, dos índios do Xingu. E, quando voltei de lá, me perguntaram o que eu tinha apreendido com os índios depois de uma semana, vivendo numa oca, alimentando-me como os índios se alimentam e praticamente convivendo com eles no dia a dia. Eu disse que, tecnologicamente, nós tínhamos avançado, mas que, socialmente, nós tínhamos regredido muito, porque não dávamos a importância que deveríamos dar a essas questões humanas que são fundamentais. Mas, de qualquer maneira, solicito desculpas a todos que estão aqui, participando. Isto é mais um desabafo, e espero que eu possa ter contribuído.

Hoje é um dia emblemático para nós, porque acho que tivemos pelo menos a oportunidade de ouvir os senhores que vieram aqui, dar uma grande contribuição, aqueles que, obviamente, expuseram suas posições, demonstraram o seu rosto — e quando digo “o seu rosto”, refiro-me à instituição que está por trás da fala de cada um dos senhores aqui. Pudemos mostrar que há uma coisa em comum, há um objetivo em comum. E eu espero que nós possamos, juntos, fazer esta grande transformação: dar tranquilidade a seres vivos que não têm tranquilidade; buscar reconhecimento dos estudos científicos, para que nós seres humanos possamos estar numa outra condição. Da mesma forma como estamos avançando em tantas outras áreas, nós não podemos regredir como nesse caso específico de que disse aqui, e falei com propriedade, do Instituto Royal, que mostra a falência do processo laboratorial, do processo científico que ocorre no nosso País.

Antes de finalizar, vou dar a palavra ao Deputado Ricardo Izar e, em seguida, ao nobre Deputado Roberto Santiago. Com a palavra o Deputado Ricardo Izar.

O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Eu queria, primeiro, parabenizar o Presidente Ricardo Tripoli. Peço desculpas, porque eu estava presidindo o Conselho de Ética, onde estamos com uma bucha deste tamanho. *(Riso.)*

Há tempo para eu fazer uns questionamentos aqui? Eu queria fazer algumas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Nós temos só o plenário, Deputado.



O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR - Na verdade, eu já tinha feito até um requerimento. Ele está na 2ª Secretaria, que ficou vazia. Ele ia realmente para o CONCEA, então, eu já vou aproveitar para fazer as perguntas aqui, diretamente. Quantas instituições, centros de pesquisas, ensinos e biotérios estão cadastrados no Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais — CIUCA, que é banco de dados do CONCEA? Como eles estão distribuídos no território brasileiro? Quantos animais existem em cada uma dessas instalações e de que espécie são eles? Eu vou passar tudo por escrito depois. Quais as relações técnicas, administrativas e científicas dos integrantes do CONCEA com as instituições, que são os centros, os biotérios cadastrados? Há parentesco de linha reta ou colateral entre integrantes do CONCEA e membros das instituições cadastradas no CIUCA? Há recebimento de proventos ou ajuda de custo pelos conselheiros do CONCEA? Se sim, quais, como e quanto? Eu vou deixar isto aqui, depois. Se o senhor puder me responder agora, melhor; se não puder...

Eu queria aproveitar para só afirmar que amanhã, provavelmente, a gente deverá votar o Projeto de Lei 6.602. Eu agradeço aqui, de coração, a todos os Deputados que ajudaram a gente — o Ricardo Tripoli, o Roberto Santiago — a colocar esse Projeto em pauta amanhã. Foi uma luta grande, mas, até que enfim, estão ouvindo os animais dentro desta Casa.

Também quero dizer que nós temos mais um projeto. Conversei muito com o Marcelo Morales, e esse projeto está atendendo a um pedido dele e do Ministro Raupp. Quando a gente foi, uma vez, pedir o fim dos testes em animais, eles me fizeram o pedido de que fosse aprovado um projeto de lei que pudesse incentivar a produção de pele artificial. O projeto já está aprovado, e, agora, é preciso que o Governo nos ajude a acelerar o processo de tramitação dele aqui, dentro desta Casa Legislativa.

Obrigado.

O SR. JOSÉ MAURO GRANJEIRO- Obrigado, Deputado Ricardo Izar, pelo questionamento. Recebemos, hoje, a notícia da solicitação das informações junto ao CONCEA, e vamos preparar, adequadamente, as respostas para lhe enviar. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Com a palavra o Deputado Roberto Santiago.



O SR. DEPUTADO ROBERTO SANTIAGO - Obrigado, Ricardo Tripoli, meu querido amigo de longa data. Quero saudar todos os nossos convidados, saudar todos os ativistas que estão aqui.

Mais uma vez, Deputado Ricardo Tripoli, V.Exa. colocou, como se fosse um desabafo, algo que, na verdade, é o seu dia a dia, é o que V.Exa. tem trabalhado ao longo de seus mandatos, não só aqui, na Câmara Federal, mas na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Quero destacar a fala do nosso Prof. Carlos Zanetti, porque a nossa posição — a minha, a do Deputado Ricardo Tripoli e a do Deputado Ricardo Izar — é exatamente igual

Eu não vou fazer perguntas sobre algumas coisas que foram colocadas aqui. Vou, rapidamente, posicionar-me politicamente com relação ao que foi dito aqui: eu acho que o Brasil passa por vários problemas de transparência não só nessa questão. As coisas poderiam ser muito melhores no nosso País, se nós tivéssemos, neste tema, por exemplo, uma comunidade científica não tão fechada como a que V.Sa. colocou aqui.

Primeiro, é evidente que a evolução dos tempos nos permite estar indagando à comunidade científica sobre o avanço na mudança das pesquisas. Ou você tem pouco conhecimento ou o conhecimento que a comunidade resolve expor não é com profundidade, porque é evidente que o cidadão e aqueles que têm envolvimento com várias causas vão começar a formar, de maneira mais consistente, as suas opiniões. Nós que militamos na causa temos o conhecimento, alguns com mais profundidade — e é evidente que a “revolta”, entre aspas, está colocada aqui hoje — , mas o conjunto da sociedade não faz grandes movimentações e articulações por conta de não ter a informação, que é fechada, que é selada.

Nós realizamos, alguns meses atrás, o primeiro acampamento de animais da militância dos ativistas aqui de Brasília, no sentido de provocar o debate e uma participação mais efetiva. Essa questão do teste para medicamentos e vacinas pega muito na sociedade — não é Ricardo? E aí algumas pessoas me diziam assim: *“Espera aí! Tem tantas coisas importantes de que você pode tratar!”*. E eu estou lá, conversando com essas pessoas, com um cachorro na coleira, pelo qual eu tenho o



maior amor do mundo. E você começa a dizer: *“Olha, não dói você ver os experimentos com os camundongos porque você não cria camundongo”*.

Quando surgiu a questão do Instituto Royal, o conjunto da sociedade começou a ter outro alarme e a dizer: *“Espera aí! Agora nós queremos saber disso”*. E a mobilização começou a ser mais eficaz e mais permanente.

Esta Casa não vota e não cria a Comissão Especial Mista, como não cria a Comissão Especial Mista da Água. Eu estou, aqui, há exatamente o mesmo tempo que V.Exa. Chegamos juntos aqui. V.Exa. tratou de buscar a Comissão Especial para criar o Código; e eu, lá, brigando com a água. Mas, até hoje, não foi criada a Comissão Especial Mista para a gente poder fazer o grande debate da água. E São Paulo, hoje, começa a pagar a conta sobre isso.

Então, esta Casa, por mais que as pessoas cobrem dos Parlamentares — e tem vários Parlamentares envolvidos nisso —, não vai andar com a agilidade necessária, por conta de não existir uma pressão da sociedade. Mas ela faz andar tudo aquilo em que a sociedade coloca mais pressão. No nosso caso em especial, ainda não há maturidade em termos de mobilização e organização da sociedade, para poder pressionar aqui de fato.

Quando nós fizemos o acampamento e estávamos trabalhando para votar a CPI dos Animais aqui, a bancada ruralista... Não estou fazendo crítica a ninguém, só estou fazendo uma constatação. Inclusive, o Deputado Ricardo Tripoli também participou várias vezes, no sentido de buscar a negociação para que a gente pudesse criar a CPI. A gente não quer pôr ninguém na cadeia, a gente não quer fazer escândalo de nada. O que nós queremos com a CPI é alertar sobre as situações e colocar o tema em debate. Esta é a nossa vontade, isto é o que nós estamos querendo construir aqui. Mas há vários outros que dizem assim: *“Olha, eu não vou concordar com isso aqui. Nós vamos derrubar a sessão. Vamos fazer isso e aquilo outro. Eu quero é saber como é que se vai fazer para transportar boi no caminhão, porque isso machuca o animal”*. Eles estão longe, muito longe do debate que nós estamos querendo propor para a Casa, porque pegam as coisas pequenas, pela mais absoluta falta de conhecimento do que se está querendo, do que se está propondo.



Portanto, a nossa tarefa aqui não é muito fácil: votar o fim dos testes cosméticos em animais. Nós estamos rebolando aqui, porque temos que fazer acordo com todo mundo. O projeto está na pauta e, se não acontecer nada, vamos ver se, amanhã, a gente consegue votá-lo. Ele está na pauta sempre. *(Riso.)* Vamos ver se vamos conseguir votá-lo amanhã. Eu tenho a impressão de que o tema está bem amadurecido e que a gente vai conseguir votar.

Agora, as pessoas, aqui, podem ter a clareza de que, por mais que nós sejamos a minoria dentro do tema, nós vamos continuar a nossa luta, o nosso trabalho, porque, por tudo o que foi dito aqui — e ficar repetindo é uma bobagem — não podemos mais permitir qualquer tipo de teste em animais. Não é possível que uma sociedade evoluída permita esse tipo de sofrimento. Não é possível compartilharmos de situações que estamos cansados de ver, nos sentindo cômodos com aquilo, numa perspectiva de que aquilo pode salvar a nossa vida, sendo que está mais do que provado de que não é verdade.

Então, para combater a verdade daqueles que concordam com os testes, temos que, absolutamente, escancarar o que vem acontecendo hoje dentro da comunidade científica: quais são os testes; quantos testes são; e como de fato é isso. A sociedade só quer a verdade. E, em cima dessa verdade verdadeira, nós vamos poder criar conceitos, trabalhar e fazer um grande debate.

Parabéns, meu querido amigo, Deputado Ricardo Tripoli!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Obrigado.

Eu queria lembrar, Deputado Ricardo Izar, que estivemos presentes à reunião do Colégio de Líderes e que o Presidente e o Colégio de Líderes se prontificaram a colocar em pauta tanto o projeto da lavra de V.Exa. quanto o da nossa, que amplia as penas dos crimes cometidos contra cães e gatos especificamente, que é o início de um processo. Espero que, amanhã, nós tenhamos os projetos aprovados.

Antes de finalizar, comunico que esta Comissão realizará, amanhã, quarta-feira, às 10 horas, neste mesmo plenário, audiência pública sobre os critérios de uso de canal de TV a cabo reservado ao STF, Projeto nº 7.004, de 2013. Estão todos convidados.

Concluo os trabalhos e quero agradecer aos Srs. Parlamentares e Deputados que estiveram aqui, ao corpo de assessores, aos profissionais da imprensa, ao



público em geral e, em especial, aos senhores palestrantes pelas valiosas contribuições trazidas ao nosso debate.

Está encerrada a audiência pública.